



PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016

(Projeto de Lei nº 7/2015-CN)

ÁREA TEMÁTICA XII Fazenda e Planejamento RELATÓRIO SETORIAL

4/12/2014

Relator: Deputado **Hugo Leal** (PROS/RJ)



CONGRESSO NACIONAL

RELATÓRIO DA ÁREA TEMÁTICA 12, FAZENDA E PLANEJAMENTO, sobre o Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, que *"Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2016"*, na parte relativa aos orçamentos fiscal e da seguridade social do Ministério da Fazenda (MF) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator Setorial: Deputado Hugo Leal

I. RELATÓRIO

Nos termos do art. 61, § 1º, inciso II, alínea "b", combinado com o art. 84, XXIII, da Constituição Federal, a Excelentíssima Senhora Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio do Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, que *"Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016"* (Mensagem nº 325, de 2015, na origem).

Por designação da Ilustre Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), Senadora Rose de Freitas, coube-nos a honrosa relatoria setorial da proposta orçamentária relativa à Área Temática (Setor) 12, que, nos termos da Resolução nº 1, 2006-CN, com as alterações da Resolução nº 3, de 2015-CN, abrange Ministério da Fazenda (MF) e demais órgãos orçamentários vinculados – Órgãos 25000, 71000, 7300, 74000 e 75000, respectivamente – e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) – Órgão 47000.

1. ASPECTOS GERAIS DA PROPOSTA DO PODER EXECUTIVO

Alocações para 2016 no PLOA

Segundo o projeto encaminhado pelo Poder Executivo, os orçamentos fiscal e da seguridade social totalizam créditos orçamentários, no montante de R\$ 26 bilhões, para o Órgão Ministério da Fazenda, enquanto os órgãos vinculados somam R\$ 521 bilhões, para os Encargos Financeiros da União (EFU), R\$ 236 bilhões, para as Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, R\$ 64 bilhões, para as Operações Oficiais de Crédito (OOC) e R\$ 881 bilhões para o Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal. O orçamento do MP abrange R\$ 12 bilhões.

Segue uma síntese desses valores por GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA (GND), apenas com os orçamentos fiscal e de seguridade. O detalhamento desses



CONGRESSO NACIONAL

recursos, por UNIDADE ORÇAMENTÁRIA e GND, acha-se demonstrado, nas tabelas constantes do Apêndice A, que inclui valores pertinentes ao orçamento de investimento das estatais.

Órgão por GND

Órgão	Despesas Correntes			Despesas de Capital			Outras	R\$ Milhões	
	PES	JUR	ODC	INV	IFI	AMO	RES	Total	%
Refinanciamento						881.233		881.233	50%
EFU	6.639	303.574	37.892		4.951	161.778	6.165	521.000	29%
Transferências	14.745		221.162	127				236.034	14%
OOC			17.399		46.605			64.004	4%
MF	18.178		4.728	779			2.465	26.150	2%
Subtotal (MF)	39.562	303.574	281.181	906	51.556	1.043.011	8.631	1.728.421	99%
%	2%	17%	16%	0%	3%	60%	0%	99%	
MP	8.741		3.051	394	0		7	12.194	1%
%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	1%
Soma	48.304	303.574	284.233	1.300	51.556	1.043.011	8.638	1.740.615	100%
%	3%	17%	16%	0%	3%	61%	0%	100%	

Fonte: SigaBrasil.

Além de PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, há recursos alocados em JUROS – JUR, ENCARGOS SOCIAIS OUTRAS DESPESAS CORRENTES – ODC, INVESTIMENTOS – INV, INVERSÕES FINANCEIRAS – IFI, AMORTIZAÇÃO – AMO e RESERVA DE CONTINGÊNCIA – RES. A análise da composição dos gastos programados pelo Executivo evidencia que os créditos orçamentários propostos para EFU, transferências a unidades federadas subnacionais, operações de crédito e refinanciamento da dívida representam R\$ 1.702 bilhões, isto é, 97% do total do Setor 12, sendo que mais de metade desse total está comprometido com o refinanciamento da dívida. Assim, a programação orçamentária do Setor não é objeto de emendas frequentes dos parlamentares.

Quanto ao MF e ao MP, a despesa prevista com PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – PES representa cerca de 69,5% e 71,7% da programação orçamentária dos respectivos Órgãos. Vale mencionar que, dos R\$ 7 bilhões reservados para investimento das estatais, constantes apenas do Órgão MF, quase 90% concentra-se no Banco do Brasil (50%) e na Caixa Econômica Federal (39%).

Os principais programas dos dois Ministérios, incluindo os respectivos órgãos supervisionados, desdobrados conforme gastos de custeio, investimento e inversões dos orçamentos fiscal e da seguridade, constam das tabelas a seguir.



CONGRESSO NACIONAL

MF (inclui EFU, Transferências e OOC): Programa por GND

Programas	R\$ Milhões				
	ODC	INV	IFI	Total	%
Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	221.029	127	0	221.156	66%
Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	29.590	0	5.104	34.694	10%
Operações Especiais: Financiamentos com Retorno	8	0	27.365	27.373	8%
Agropecuária Sustentável	8.710	0	4.876	13.586	4%
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	8.342	0	142	8.483	3%
Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar	5.920	0	366	6.286	2%
Demais Programas	7.449	779	13.705	21.932	7%
Soma	281.181	906	51.556	333.643	100%
%	85%	0%	15%	100%	

Fonte: SigaBrasil.

MP: Programa por GND

Programas	R\$ Milhões			
	ODC	INV	Total	%
Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	2.061		2.061	60%
Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	301	365	666	19%
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	593	29	622	18%
Demais Programas	95		95	3%
Soma	3.051	394	3.445	100%
%	89%	11%	100%	

Fonte: SigaBrasil.

Observa-se a predominância dos programas não finalísticos de ambos os Ministérios (OPERAÇÕES ESPECIAIS), com 80% e 60%, respectivamente. Dos finalísticos, destacam-se os PROGRAMAS AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, FORTALECIMENTO E DINAMIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR, no MF, com cerca de 6%, e DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, no MP, quase 20 % dos créditos propostos.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO somam R\$ 281 bilhões e R\$ 3 bilhões, respectivamente, os PROGRAMAS OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA e OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS respondem por cerca de 66% e 60%, em cada Ministério. Os INVESTIMENTOS somam R\$ 0,9 e 0,4 bilhões, respectivamente, sobretudo em ações vinculadas aos PROGRAMAS PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA e DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA.



CONGRESSO NACIONAL

A distribuição desses créditos, no âmbito do Setor 12, segundo as regiões geoeconômicas, apresenta o seguinte perfil:

MF e MP: Região por GND

Região	R\$ Milhões				
	ODC	INV	IFI	Total	%
NA	282.705	879	42.405	325.990	97%
NE	7	26	4.826	4.859	1%
CO	1.062	319	2.711	4.092	1%
NO	102	29	1.609	1.740	1%
EX	314	0	5	319	0%
SD	42	38	0	80	0%
SL	0	8	0	8	0%
Soma	284.233	1.300	51.556	337.088	100%
%	84%	0%	15%	100%	

Fonte: SigaBrasil.

As ações nacionais abrangem 97% desses créditos, enquanto as regiões Nordeste (1%), Centro-Oeste (1%) e Norte (1%), nessa ordem, são seguidas pelas regiões Exterior, Sudeste e Sul. Dadas as expressivas alocações, na categoria "Nacional", é possível que as futuras execuções orçamentária e financeira apresentem outra distribuição da regionalização dos gastos.

Quanto à origem dos recursos que financiam as programações dos dois Ministérios, percebe-se na tabela a seguir que em ambos os ÓRGÃOS a maior parte provém de RECURSOS ORDINÁRIOS, oriundos da arrecadação de impostos.

MF e MP: Fonte por GND

Fontes	R\$ Milhões				
	ODC	INV	IFI	Total	%
Transferências do Imposto Sobre a Renda e Sobre Produtos Industrializados	182.056		8.043	190.099	56%
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	33.809		6.033	39.842	12%
Recursos Ordinários	26.317	432	9.396	36.145	11%
Compensações Financeiras Pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	17.552		4.433	21.985	7%
Demais fontes	868	23.651	49.017	868	15%
Soma	284.233	1.300	51.556	337.088	
%	84%	0%	15%	100%	

Fonte: SigaBrasil.



CONGRESSO NACIONAL

Evolução das Alocações por GND

Os demonstrativos a seguir detalham os créditos propostos para o MF e seus órgãos supervisionados, e para o MP, entre 2014 e 2016, por GND, assim como os valores autorizados nas leis orçamentárias de 2013 a 2015. O maior incremento entre a proposta e a lei orçamentária ocorreu, para o MF, em 2014, em OUTRAS DESPESAS CORRENTES e INVERSÕES FINANCEIRAS (2% cada) e, em 2015, em INVESTIMENTOS (14%), enquanto, no MP o destaque foi a redução em INVESTIMENTOS, em 2014 e 2015 (-7 e -18%, respectivamente), e, em 2015, do aumento em OUTRAS DESPESAS CORRENTES (12%). Isso decorre das mudanças incorporadas durante a tramitação do PLO, no Congresso Nacional, com a aprovação de emendas individuais, coletivas e de relator.

MF - Evolução do Orçamento por GND (2013 a 2016)

GND	PLOA			LOA			R\$ Milhões			
							Variação Percentual			
	2014	2015	2016	2013	2014	2015	(PLO15/ PLO14)	(PLO16 / PLO15)	(LOA14 / LOA13)	(LOA15 / LOA14)
Pessoal e Encargos	33.322	31.233	39.562	32.642	33.322	31.233	-6%	27%	2%	-6%
Juros e Encargos	188.208	224.517	303.574	151.807	188.208	224.517	19%	35%	24%	19%
Outras Despesas Correntes	271.152	298.330	281.181	244.897	276.758	286.683	10%	-6%	13%	4%
Investimentos	1.201	933	906	1.479	1.201	1.062	-22%	-3%	-19%	-12%
Inversões Financeiras	37.516	53.653	51.556	29.831	38.280	51.812	43%	-4%	28%	35%
		1.128.89	1.043.01			1.128.89				
Amortização	810.228	0	1	745.847	810.228	0	39%	-8%	9%	39%
Reserva de Contingência	5.044	9.828	8.631	3.883	5.265	9.955	95%	-12%	36%	89%
TOTAIS	1.346.67	1.747.38	1.728.42	1.210.38	1.353.26	1.734.15	30%	-1%	12%	28%
	1	4	1	6	2	3				

Fonte: SigaBrasil.

MP - Evolução do Orçamento por GND (2013 a 2016)

GND	PLOA			LOA			R\$ Milhões			
							Variação Percentual			
	2014	2015	2016	2013	2014	2015	(PLO15/ PLO14)	(PLO16 / PLO15)	(LOA14 / LOA13)	(LOA15 / LOA14)
Pessoal e Encargos	17.592	19.811	8.741	11.813	17.589	19.815	13%	-56%	49%	13%
Juros e Encargos	4	4	0	4	4	4	7%	-100%	20%	7%
Outras Despesas Correntes	1.353	1.266	3.051	1.564	1.353	1.419	-6%	141%	-13%	5%
Investimentos	208	61	394	280	193	50	-71%	549%	-31%	-74%
Inversões Financeiras	0	15	0	0	0	15	18.382%	-100%	62%	18382%
Amortização	14	17	0	2	14	17	17%	-100%	568%	17%
Reserva de Contingência			7							
TOTAIS	19.172	21.174	12.194	13.663	19.154	21.320	10%	-42%	40%	11%

Fonte: SigaBrasil.



CONGRESSO NACIONAL

Execução Orçamentária e Financeira Recente

As tabelas a seguir evidenciam a execução orçamentária e financeira do MF e seus órgãos supervisionados e do MP. Nesses órgãos, a ênfase recai sobre os gastos com INV, cabendo destacar as expressivas diferenças entre os valores empenhados e aqueles efetivamente pagos no exercício. Essa diferença é parcialmente explicada pelo cronograma plurianual de execução de algumas obras, mas principalmente pelo controle do gasto na “boca do caixa”, mecanismo que permite ao Governo transferir, sob a forma de RESTOS A PAGAR, o pagamento de despesas empenhadas para os exercícios seguintes.

MF: Valores Empenhados, Liquidados e Pagos (2013 a 2015)

R\$ milhões

GND	2013			2014			2015		
	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado	Liquidado	Pago
Pessoal	33.677	33.639	33.085	35.091	34.729	34.416	26.043	23.701	23.237
Juros	141.373	141.359	141.355	170.150	169.948	169.946	270.125	191.428	191.428
Custeio	226.098	195.961	195.521	260.826	224.810	224.594	276.183	184.922	184.801
Investimento	973	268	261	699	248	245	322	140	140
Inversões	34.965	25.190	23.256	39.454	31.670	31.133	39.542	25.526	25.462
Amortizações	575.751	575.751	575.702	807.169	806.199	806.178	937.032	746.540	746.540
TOTAL	1.012.837	972.168	969.181	1.313.389	1.267.605	1.266.511	1.549.247	1.172.258	1.171.609
Pessoal	98%	98%	97%	99%	98%	97%	81%	74%	72%
Juros	76%	76%	76%	84%	84%	84%	98%	69%	69%
Custeio	92%	80%	80%	92%	80%	80%	94%	63%	63%
Investimento	76%	21%	20%	64%	23%	22%	32%	14%	14%
Inversões	94%	68%	62%	79%	63%	62%	70%	45%	45%
Amortizações	67%	67%	67%	84%	84%	84%	87%	69%	69%
TOTAL	74%	71%	71%	85%	82%	82%	89%	67%	67%

Fonte: SigaBrasil.

MP: Valores Empenhados, Liquidados e Pagos (2013 a 2015)

R\$ milhões

GND	2013			2014			2015		
	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado	Liquidado	Pago
Pessoal	3.575	3.567	3.565	3.771	3.760	3.758	3.897	3.142	3.142
Juros	3	3	3	4	4	4	4	4	4
Custeio	990	851	849	906	770	770	858	646	592
Investimento	213	53	46	54	5	5	9	5	5
Inversões	469	183	183	419	21	21			
Amortizações	11	11	11	14	14	14	18	18	18
TOTAL	5.261	4.667	4.656	5.169	4.575	4.572	4.787	3.816	3.761
Pessoal	65%	65%	65%	84%	83%	83%	61%	49%	49%
Juros	61%	61%	61%	87%	87%	87%	82%	82%	82%
Custeio	82%	71%	70%	78%	66%	66%	67%	50%	46%
Investimento	84%	21%	18%	28%	3%	3%	19%	10%	10%
Inversões	53%	21%	21%	98%	5%	5%	0%	0%	0%
Amortizações	97%	97%	97%	100%	100%	100%	92%	92%	92%
TOTAL	67%	59%	59%	82%	72%	72%	62%	49%	49%

Fonte: SigaBrasil.

2. EMENDAS À PROGRAMAÇÃO DAS UNIDADES DA ÁREA TEMÁTICA

O Setor 12 recebeu 7 emendas de apropriação, sendo 1 emenda de bancada estadual, 3 emendas de comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e 3 emendas individuais. As emendas distribuem-se, por programa, modalidade (coletiva ou individual), número de emendas e valor solicitado, conforme discriminação na tabela a seguir:



CONGRESSO NACIONAL

Emendas de Apropriação Apresentadas - por Programa

Programa	R\$ milhões						
	Coletivas		Individuais		Total		
	nº	Solicitado	nº	Solicitado	nº	Solicitado	%
Democracia e aperfeiçoamento da gestão pública	1	80	3	0,6	4	80,6	14%
Operações Especiais: Transferências Constitucionais e As Decorrentes de Legislação Específica	1	400			1	400	71%
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	2	80			2	80	14%
Soma	4	560	3	0,6	7	560,6	100%

Fonte: SigaBrasil.

As emendas coletivas de apropriação totalizaram pleitos no montante de R\$ 560,6 milhões, sendo R\$ 400 milhões de bancadas e R\$ 160 milhões de comissões. A emenda da Bancada do Distrito Federal pretende aumentar a dotação do programa OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, com 71% dos recursos solicitados, enquanto as Comissões de Assuntos Econômicos, do Senado Federal, e Finanças e Tributação, da Câmara dos Deputados, aportaram R\$ 160 milhões aos programas DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA e PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA.

As 3 emendas individuais totalizaram solicitações no montante de R\$ 0,6 milhões. Todas elas derivaram de iniciativas de deputados federais. O programa alterado foi DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, com 0,1% dos recursos solicitados.

3. ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE DAS EMENDAS COLETIVAS

Todas as emendas coletivas foram admitidas pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas.

4. RECURSOS PARA O ATENDIMENTO ÀS EMENDAS

Esta Relatoria mobilizou um total de R\$ 19,5 milhões para o atendimento às emendas coletivas e individuais. Desse total, R\$ 0,6 milhão foi destinado às emendas individuais e R\$ 18,9 milhões às emendas coletivas. Tais recursos provieram integralmente da "Reserva de Recursos" disponibilizada nos termos do Parecer Preliminar.

Ressalte-se que esta Relatoria optou por não realizar cancelamentos na programação original de INVESTIMENTOS e INVERSÕES FINANCEIRAS nos ministérios afetos a esta área temática, conforme possibilitado pelo Parecer Preliminar no montante de até R\$ 172,1 milhões.



5. CRITÉRIOS PARA AS DECISÕES SOBRE AS EMENDAS

Critérios para as Emendas Individuais

As emendas individuais, na forma regimental, foram atendidas com dotações propiciadas pela Reserva de Recursos. Para seu adequado acolhimento a Relatoria interpretou, diligentemente, a intenção dos autores, não tendo sido necessário promover ajustes de ordem técnica ou legal.

Critérios para as Emendas Coletivas

Em virtude dos esparsos recursos disponíveis (R\$ 18,9 milhões) frente a um pleito da ordem de R\$ 400,0 milhões, esta Relatoria decidiu por não acatar a única emenda de apropriação apresentada por bancada estadual, no caso a Bancada do Distrito Federal. Nos termos das diretrizes orçamentárias pertinentes, essa Bancada priorizou a execução obrigatória de programação em outro Setor.

Em relação às emendas de Comissão, duas da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados e uma da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, esta Relatoria se fundou na análise da relevância dada às programações pretendidas, evidenciada pelos aportes a elas feitos pelas emendas individuais dos parlamentares. Assim, atendemos as duas emendas que destinam recursos para a Fundação Getúlio Vargas com o valor total de R\$ 15,0 milhões e alocamos na terceira emenda de comissão os recursos restantes, no valor de R\$ 3,9 milhões.

Sumário dos Atendimentos

Assim, esta Relatoria Setorial acolheu integralmente as 3 emendas individuais, parcialmente as 3 emendas coletivas de apropriação de Comissões, e rejeitou a única emenda de bancada estadual. Desse acolhimento resultaram as seguintes médias de alocações:

Atendimento às Emendas

<i>Milhões de Reais</i>			
Modalidade	Nº	Valor	Média
Individual	3	600,0	200,0
Bancada	1	0,0	0,0
Comissão	3	18.900,0	6.300,0
Total	7	19.500,0	2.785,7

6. INFORMAÇÕES DEMANDADAS PELAS NORMAS VIGENTES

Créditos Especiais e Extraordinários

Em atenção ao disposto no art. 70, I, "c", da Resolução nº 1, de 2006-CN, informa-se que nos últimos quatro meses deste exercício, considerados os atos



CONGRESSO NACIONAL

formalizados até esta data, não foram abertos créditos especiais ou extraordinários em favor das unidades orçamentárias que integram esta Área Temática.

Obras com Indícios de Irregularidades Graves

Para fins do disposto no art. 70, I, alínea "e", e II, da Resolução nº 1, de 2006-CN, cumpre-nos informar que não existem obras na administração direta do Ministério das Cidades com indícios de irregularidades graves.

Padrões de Custos Unitários Médios

Nas decisões tomadas nesta área setorial não se aplicam padrões de custos médios, tendo em vista que os atendimentos não se destinam a obras de engenharia. As emendas foram atendidas a partir de análise individual, tomando-se por base as informações veiculadas nas justificativas das emendas, os elementos constantes da proposta orçamentária e os atendimentos realizados na elaboração de orçamentos passados.

Criação de Ações Novas

A Relatoria não entendeu necessário criar ou propor a criação de novas ações e/ou iniciativas no âmbito da Área Temática 12.

Emendas de Relator

Não foram apresentadas Emendas de Relator no âmbito desta Área Temática.

II. VOTO DO RELATOR

Face ao exposto, **somos pela APROVAÇÃO do PLN nº 7, de 2015-CN**, na forma da Mensagem nº 325, de 2015, na origem, relativamente aos órgãos orçamentários afetos a esta Área Temática, isto é, o Ministério da Fazenda, os seus órgãos supervisionados e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com as alterações derivadas das emendas aprovadas pela Relatoria Setorial, segundo discriminado nos anexos ao Relatório.

Brasília-DF, em 03 de dezembro de 2015.



Deputado Hugo Leal
Relator-Setorial



CONGRESSO NACIONAL

APÊNDICE A – SETOR 12: PROJETO DE LOA/2016, POR UO E GND

Ministério da Fazenda / Unidade por GND

Unidade Orçamentária	Despesas Correntes		Despesas de Capital		R\$ Milhões	
					Total	%
	PES	ODC	INV	RES		
Banco Central do Brasil	2.577	432	163		3.173	12%
Comissão de Valores Mobiliários	184	36	6		226	1%
Fundo de Compensação e Variações Salariais		839			839	3%
Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento		35	1		36	0%
Ministério da Fazenda - Administração Direta	8.488	670	106		9.264	35%
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	652	451	26	1.442	2.572	10%
Secretaria da Receita Federal do Brasil	6.066	2.239	472	1.023	9.801	37%
Superintendência de Seguros Privados	211	25	4	0	239	1%
Soma	18.178	4.728	779	2.465	26.150	100%
%	70%	18%	3%	9%	100%	

Encargos Financeiros da União / Unidade por GND

Unidade Orçamentária	Despesas Correntes			Despesas de Capital		R\$ Milhões	
						Total	%
	PES	JUR	ODC	INV	IFI	RES	
Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais	6.629		8.235	142			15.006 3%
Fundo Contingente da Extinta RFFSA - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda	10		3			239	252 0%
Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda			5			353	358 0%
Fundo de Garantia à Exportação - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda			0			3.352	3.352 1%
Fundo Soberano do Brasil - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda			4			2.221	2.225 0%
Fundo Social - FS			3	4.723			4.726 1%



CONGRESSO NACIONAL

Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda	303.574	28.653		85	161.778		494.090	95%
Recursos Sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		326		2			328	0%
Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda		664					664	0%
Soma:	6.639	303.574	37.892	4.951	161.778	6.165	521.000	100%
%	1%	58%	7%	1%	31%	1%	100%	

Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios / Unidade por GND

Unidade Orçamentária	R\$ Milhões				
	Despesas Correntes		Despesas de Capital	Total	%
	PES	ODC	INV		
Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	10.833	1.057	127	12.017	5%
Recursos Sob Supervisão do Ministério da Educação		11.830		11.830	5%
Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda	41	1.560		1.601	1%
Recursos Sob Supervisão do Ministério de Minas E Energia		21.361		21.361	9%
Recursos Sob Supervisão Do Ministério Do Esporte		153		153	0%
Recursos Sob Supervisão Do Ministério Do Meio Ambiente		3		3	0%
Recursos Sob Supervisão Do Ministério Do Planejamento, Orçamento E Gestão	3.871	133		4.004	2%
Transferências Constitucionais - Recursos Sob Supervisão Do Ministério Da Fazenda		185.065		185.065	78%
Soma:	14.745	221.162	127	236.034	100%
%	6%	94%	0%	100%	

Operações Oficiais de Crédito / Unidade por GND

Unidade Orçamentária	R\$ Milhões			
	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total	%
	ODC	IFI		
Recursos Sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda	16.916	2.566	19.482	30%
Recursos Sob Supervisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS - Ministério da Saúde		11	11	0%
Recursos Sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas	3	206	209	0%



CONGRESSO NACIONAL

Para O Pessoal da Marinha - CCCPM

Recursos Sob Supervisão da Caixa de Financiamento

Imobiliário da Aeronáutica

1 1 0%

Recursos Sob Supervisão da Superintendência de Seguros

Privados/SUSEP- Ministério da Fazenda

6 6 0%

Recursos Sob Supervisão do Fundo Constitucional de
Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração
Nacional

1.609 1.609 3%

Recursos Sob Supervisão do Fundo Constitucional de
Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional

4.826 4.826 8%

Recursos Sob Supervisão do Fundo Constitucional de
Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional

1.609 1.609 3%

Recursos Sob Supervisão do Fundo da Marinha
Mercante/FMM - Ministério dos Transportes

4.765 4.765 7%

Recursos Sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia
Cafeeira/FUNCAFÉ - Mapa

143 4.876 5.019 8%

Recursos Sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da
Amazônia/FDA - Min Integração Nacional

1.398 1.398 2%

Recursos Sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do
Centro-Oeste/FDCO - Min Integração Nacional

1.103 1.103 2%

Recursos Sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do
Nordeste/FDNE - Min Integração Nacional

2.022 2.022 3%

Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao
Estudante do Ensino Superior/FIEES - Min. da Educação

333 18.505 18.838 29%

Recursos Sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma
Agrária/BANCO DA TERRA - Min. do Desenv. Agrário

300 300 0%

Recursos Sob Supervisão do Fundo Geral de
Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo

52 52 0%

Recursos Sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura

4 228 232 0%

Recursos Sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenv.
Científico e Tecnológico/FNDCT - Min Ciência e Tecnologia

910 910 1%

Recursos Sob Supervisão do Fundo Nacional Sobre Mudança
do Clima/FNMC - Ministério do Meio Ambiente

360 360 1%

Recursos Sob Supervisão do Fundo Para O Desenv. Tecnol. das
Telecomunicações/FUNTEL - Min das Comunicações

201 201 0%

Recursos Sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização
e Reforma Agrária/INCRA - Min. do Desenv. Agrário

946 946 1%

Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda

108 108 0%

Soma:	17.399	46.605	64.004	100%
%	27%	73%	100%	



CONGRESSO NACIONAL

Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal / Unidade por GND

Unidade Orçamentária	R\$ Milhões
	Despesas de Capital
	Amortização da Dívida
Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda	881.233
Soma:	881.233

Ministério do Planejamento / Unidade por GND

Unidade Orçamentária	R\$ Milhões						Total	%
	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Outras			
	PES	ODC	INV	IFI	RES			
Fundação Escola Nacional de Administração Pública	26	22	5	0	0	53	0%	
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	1.869	442	178	0	0	2.489	20%	
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Administração Direta	6.846	2.587	211	0	7	9.652	79%	
Soma:	8.741	3.051	394	0	7	12.194	100%	
%	72%	25%	3%	0%	0%	100%		

MF: Orçamento de Investimento / Unidade por GND

Unidade Orçamentária	R\$ Milhões	
	Despesas de Capital	%
	Investimento	
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF	2	0%
Ativos S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros	2	0%
Banco da Amazônia S.A. - BASA	57	1%
Banco do Brasil S.A. - BB	3.299	50%
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	132	2%
BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB TURISMO	0	0%
Caixa Econômica Federal - CAIXA	2.535	39%
Casa da Moeda Do Brasil - CMB	106	2%
Cobra Tecnologia S.A.	98	1%
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	2	0%
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	300	5%
Soma:	6.532	100%

EMENDAS INDIVIDUAIS

PELA APROVAÇÃO/APROVAÇÃO PARCIAL

Relatório Setorial - Proposta Orçamentária da União para 2016 - EMENDAS INDIVIDUAIS POR AUTOR - PELA APROVAÇÃO/APROVAÇÃO PARCIAL

EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL / PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO + SUBTÍTULO	E S F	F T E	G N D	M A	R P	VALOR APROVADO	PARECER
SETOR: 12 FAZENDA E PLANEJAMENTO										
AUTOR: Erika Kokay			PT							
28260014	47101 M. do Plan. Orçamento e Gestão	04.122.2038.20U1.7000	Aperfeiçoamento da Gestão Pública - Aperfeiçoamento e Transferência de Instrumentos e Tecnologias de Gestão Inovadores Visando Garantir o Direito de Acesso às Informações Relativas a Custo - No Distrito Federal	1	100	3	90	6	200.000	Pela Aprovação
TOTAL DO AUTOR									200.000	
AUTOR: Luiz Nishimori			PR							
28740009	47101 M. do Plan. Orçamento e Gestão	04.122.2038.20U1.4219	Aperfeiçoamento da Gestão Pública - No Município de Maringá - PR	1	100	3	50	6	200.000	Pela Aprovação
TOTAL DO AUTOR									200.000	
AUTOR: Ricardo Barros			PP							
33320012	47101 M. do Plan. Orçamento e Gestão	04.122.2038.20U1.4219	Aperfeiçoamento da Gestão Pública - No Município de Maringá - PR	1	100	3	50	6	200.000	Pela Aprovação
TOTAL DO AUTOR									200.000	
TOTAL DO SETOR									600.000	

EMENDAS COLETIVAS DE APROPRIAÇÃO

Pela Aprovação/Aprovação Parcial

EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL/ PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO + SUBTÍTULO	E S F	F T E	G N D	M A	R P	VALOR APROVADO	PARECER
SETOR: 12 FAZENDA E PLANEJAMENTO										
AUTOR: Com. Assuntos Economicos										
60050003	25101 M. da Fazenda	04.364.2110.0556.0001	Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas - Nacional	1	188	3	50	2	10.000.000	Pela Aprovação Parcial
TOTAL DO AUTOR									10.000.000	
AUTOR: Com. Finanças e Tributação										
50170001	25101 M. da Fazenda	04.364.2110.0556.0001	Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas - Nacional	1	188	3	50	2	5.000.000	Pela Aprovação Parcial
50170002	25101 M. da Fazenda	04.128.2038.20VF.0001	Promoção da Educação Fiscal - Nacional	1	188	3	90	2	3.900.344	Pela Aprovação Parcial
TOTAL DO AUTOR									8.900.344	
TOTAL DO SETOR									18.900.344	

EMENDAS À DESPESA NÃO ATENDIDAS

**- PARECER PELA REJEIÇÃO /
PREJUDICIALIDADE**

-INADMITIDAS

-RETIRADAS PELO AUTOR

EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL/ PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO + SUBTÍTULO	VALOR SOLICITADO	PARECER	
SETOR: 12 Fazenda e Planejamento						
AUTOR: Bancada do Distrito Federal			S/PARTIDO			
71080001	73901	Fundo Const.do Dist.Fed.- FCDF	98.998.0903.0312	** Selecion ** - No Distrito Federal	400.000.000	Pela Rejeição
TOTAL DO SETOR				400.000.000		